

**FUNDO DE REPARAÇÃO PARA AS
VÍTIMAS DAS ENCHENTES DE
REJEITOS NA BACIA DO RIO DOCE E
NA REGIÃO ESTUARINA, COSTEIRA
E MARÍTIMA DO ESPÍRITO SANTO**



 **Aedas**
NOVEMBRO 2023

FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO DAS CARTILHAS

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS)

PROJETO GRÁFICO

Matheus Santos da Silva
Taipa Território Criativo

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA

Grupo de Trabalho Institucional -
AEDAS

COLABORAÇÃO

Associação de Desenvolvimento
Agrícola Interestadual - ADAI



SUMÁRIO

06

1. Você sabia que a Aedas nasceu da Luta das pessoas atingidas?

16

2. Porque lutar por um Fundo de Reparação para as vítimas das Enchentes de Rejeitos

32

3. O que as empresas poluidoras fizeram para reparar os danos ocasionados pelas Enchentes?

34

4. Como fizemos: Aprendendo com a Bacia do Rio Doce

5. Qual a proposta popular para o fundo para Enchentes?

38

6. Quanto precisaria ser reservado para um fundo capaz de reparar os danos das enchentes?

50

7. Nada sobre nós, sem nós!

58

VOCÊ SABIA QUE A AEDAS NASCEU DA LUTA DOS ATINGIDOS?

1

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) foi criada no ano 2000, pelos moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba (nas proximidades do rio Piranga, um afluente do rio Doce), ameaçados pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar. O principal objetivo dos seus fundadores era defender os direitos da comunidade local frente aos interesses econômicos da empresa responsável pela execução do projeto, que iria alagar a região e destruir o modo de vida de centenas de famílias. Essa organização saiu vitoriosa e, desde então, o objetivo principal da AEDAS é interceder nas comunidades atingidas por barragens, no intuito de defender os direitos das famílias atingidas.

A AEDAS é, atualmente, a entidade eleita para prestar o serviço de Assessoria Técnica Independente (ATI) na bacia do rio Doce (nos territórios 3 – Vale do Aço, 6 – Conselheiro Pena, 7 – Itueta e Resplendor, e 8 - Aimorés; Barra Longa e Raul Soares), na bacia do Paraopeba (Regiões 1 – Brumadinho - e 2 - Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas - atingidas pelo rompimento da barragem da mina B-1 de Córrego do Feijão/Brumadinho), na comunidade de Itatiaiuçu (atingida pelo acionamento do plano de emergência de barragem de mineração da mina de Serro Azul) e Bacia do Jequitinhonha na execução do projeto Veredas Sol e Lares, todas em Minas Gerais.



Assembleia com as pessoas atingidas em Barra Longa (AEDAS/2018)



O direito de Assessoria Técnica Independente (ATI) é uma conquista recente das comunidades atingidas por grandes empreendimentos, um instrumento para que elas se auto-organizem para enfrentarem as consequências ambientais e sociais danosas das instalações, operações e rompimento. Esse direito é constantemente atacado, mas vem sendo defendido pelo povo atingido organizado com muita persistência em várias cidades que lutam contra os crimes praticados por grandes empresas.

Atualmente, está em votação no Congresso Nacional o projeto de lei 2788/2019, que propõe a criação da POLÍTICA NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (PNAB), para garantir que o direito à Assessoria Técnica Independente, bem como o direito à Participação Popular informada e o direito à Reparação Integral e justa de todos os danos causados pelas mineradoras sejam garantidos.

A participação das pessoas atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão é muito importante para garantir que todos os danos sejam reparados e que crimes ambientais como este, não aconteçam mais.



Panfleto de divulgação das Rodas de Diálogo sobre participação. Aedas.

A ATI AEDAS se coloca ao lado de todas as pessoas atingidas na luta pela Reparação Integral e por seu direito de participação e decisão sobre os futuros de suas vidas e comunidades. Por isso, a assessoria no Médio Rio Doce vem desempenhando, desde fevereiro de 2023, uma série de atividades em campo para informar e organizar à população, bem como para colher dados que embasem as suas reivindicações. Assim, em 8 meses de execução do projeto, a Aedas já realizou:

20

visitas técnicas, com 352 participações de atingidos e atingidas, sendo 180 mulheres e 172 homens;

41

reuniões e encontros de apresentação da ATI, com 1.212 participações de atingidos e atingidas, sendo 730 mulheres e 482 homens

50

reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAA), com 503 participações, sendo 291 mulheres e 212 homens;

36

reuniões e encontros com Comissões de Atingidos para atender a decisão judicial, com 404 participações, sendo 225 mulheres e 179 homens;

4

reuniões com Comissões de Atingidos para atender ao TAC-Gov, com 37 participações, sendo 14 mulheres e 23 homens.

10

reuniões e oficinas com o Povo Puri, para construção do Protocolo de Consulta, com 72 participações, sendo 33 mulheres e 39 homens.

13

Rodas de Diálogo (RD), com 805 participações, sendo 439 mulheres e 366 homens.

02

Seminários Temáticos, com 53 participações, sendo 40 mulheres e 13 homens.

1328

aplicações de Registro Familiar (RF) e 4037 pessoas cadastradas até o presente. O Registro Familiar é composto por 330 perguntas sobre renda, enchentes, projetos comunitários, segurança alimentar e demais dados que serão apresentados nesta e nas demais cartilhas e nas demais Cartilhas produzidas pela Aedas.

Os números acima não contabilizam as reuniões destinadas ao TAC-GOV, que ainda estão em andamento.

Atualmente, vivenciamos mais um importante momento da luta das pessoas atingidas e, por isso, a AEDAS sistematizou 7 cartilhas com algumas das pautas mais recorrentes das pessoas atingidas. Objetivo é que todas e todos tenham em mãos mais um instrumento para a luta coletiva pela reparação integral



CARTILHA

Justiça é Construção Popular - Proposta de Direito à Participação Informada e Governança Popular do Acordo da Repactuação;

1

CARTILHA

"Ninguém pode ser deixado para trás!" Uma reparação para todos e todas. (Direito das mulheres, PCTs, idosos, crianças e adolescentes; PCDs e população negra)

2

CARTILHA

Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) para todas as pessoas!

5

CARTILHA

Rio Doce sem fome: Programa de Transferência de Renda.

3

CARTILHA

Fundo para Reparação de Danos e Prevenção de Enchentes de Rejeitos

6

CARTILHA

Reparação pelas mãos dos atingidos e atingidas: Fundo Popular para Projetos Comunitários

4

CARTILHA

Indenização Justa, Já!

7

DO RIO AO MAR, JUSTIÇA É CONSTRUÇÃO POPULAR!

POR QUE LUTAR POR UM RIO DOCE SEM FOME?

2

Sabemos que o Rio Doce se encontra contaminado, hoje, a pessoa não tem sua renda do rio, as pessoas que tiravam seu sustento de lá não têm mais. A Fundação Renova não trouxe nada de efetivo pra resolver o impacto que teve o rompimento porque poucas pessoas recebem o AFE (aviso), e muita gente pegou a indenização de Novel e mais nada. O rio continua contaminado e tem família passando fome. O atingido precisa de auxílio.

(pessoa atingida resessorada pela Avedas)

Deu a primeira metade na repartição do caso Renova, as pessoas atingidas apresentaram como parte a criação do Programa Rio Doce Sem Fome. O objetivo do programa seria: 1º é garantir o acesso de como inseparação alimentar e abate a renda atualmente vivenciada por milhares de famílias atingidas pelo rompimento da Usina da Funil. Os danos decorrentes são sentidos até hoje: setores como agropecuária, pesca, extrativismo, negócios que dependem da indústria, comércio, turismo, cultura e serviços locais decorrem a partir da ineficiência do processo reparatório atual. Outros relatos que frequentemente, aparecem nas falas de atingidas(a): 2º sobre a redução da quantidade e qualidade de pescado e crustáceos que ainda resta, na diminuição de renda pela falta de comercialização, quanto no desabastecimento para consumo próprio.



“ A comunidade continua triste, uns tiveram auxílio, mas a maioria não. A gente sempre dependeu do rio e o rompimento desestruturou nossa vida. Antigamente, a gente vivia do peixe, hoje, não tem essa possibilidade de estar pescando para dar o melhor pra família da gente. É difícil.

[Irla Carneiro da Comunidade Ribeirinha de Vila Cresque]

“ São quase oito anos do nosso grito de socorro, são quase oito anos sem água. Há pessoas que precisam de cinco galões para a família, mas não é toda dia que se tem dinheiro pra comprar. Com a morte do rio não tem mais peixe e as profissões foram embora.

[Elaine Gomes da Ilha do Rio Doce]

“ A gente tinha a renda da agricultura. Eu fazia queijo, cachaca, rapadura. A gente não comprava nada disso. Eu tinha horta, vendia verdura, tinha galinhas, vendia ovos... hoje, eu não tenho nada, tudo tenho que estar comprando. Com o rompimento, teve toda essa mudança, eu tinha frutas, legumes, nunca comprei. Hoje, eu tenho que comprar de um tudo.

[Arlinda M.A. Jornal A Sirene, maio2021]

“ Eu sou ilheira, agricultora na minha comunidade e levo para vender em Governador Valadares. Depois desse crime ambiental, acabou que atingiu tanto a minha alimentação quanto as vendas, porque as pessoas não querem comprar e, até hoje, tem uma certa rejeição sobre os produtos que eu vendo. Com isso, fui impactada de várias formas na minha saúde.

[Arlinda M.A. Jornal A Sirene, maio2021]

Essa cenário relatado pelas pessoas atingidas também foi verificado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que realizou estudo com 15 municípios atingidos e constatou a redução de cerca de 40% nas atividades de autoconsumo realizadas. Com ênfase que para a atividade pesqueira, na qual a queda foi maior que 50%, considerando a situação de fome, insegurança alimentar e abate à renda. Na mesma senda, os dados coletados pela ABDA's indicam que

69,22%

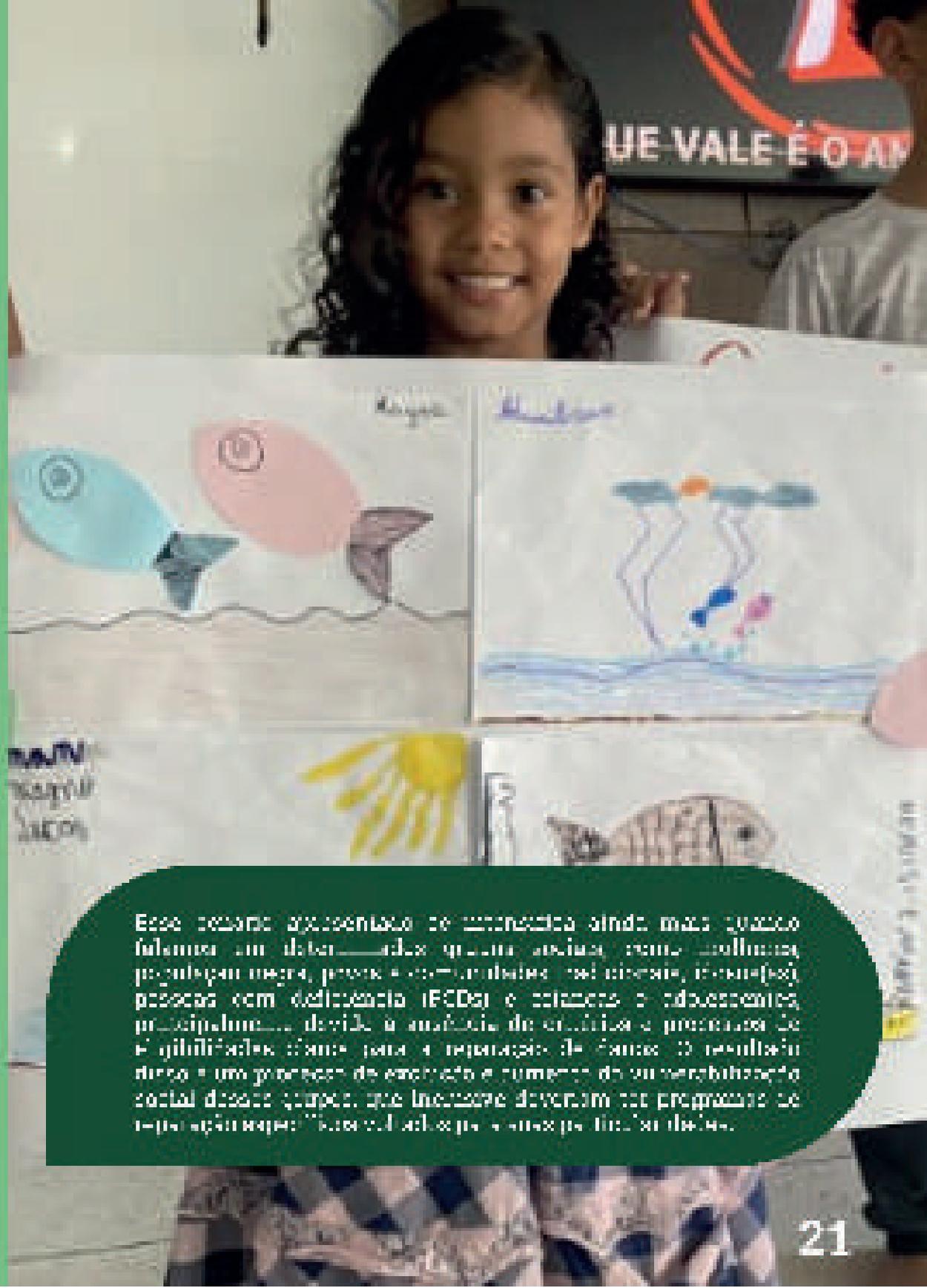
é a estimativa dos núcleos familiares essenciais que relataram uma diminuição na qualidade da alimentação devido à perda da possibilidade de pescar.

80,23%

dos núcleos familiares estão em algum nível de Insegurança Alimentar, sendo (30,52%) Insegurança Alimentar Leve, (18,20%) Insegurança Alimentar Moderada e (28,51%) o Insegurança Alimentar Grave*.

73,58%

é o número estimado de famílias que deixaram de consumir alimentos advindos de produção própria (horta, roça, criação de animais etc) após o rompimento da barragem.



Esse cenário apresentado de crianças ainda mais quando falamos em crianças negras, quilombolas, indígenas, população negra, povos e comunidades tradicionais, indígenas, pessoas com deficiência (PCDs) e crianças e adolescentes, principalmente devido à ausência de políticas e programas de identificação, tanto para a reparação de danos, o resultado disso é uma presença de escassez e aumento da vulnerabilidade social desses grupos, que inclusive deveriam ter programas de reparação que: "baseada no apoio e suporte financeiro".

A REPARAÇÃO INTEGRAL E JUSTA AINDA NÃO OCORREU

O Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) foi um programa criado para diminuir os impactos da demanda na reparação dos danos à renda, considerando as atividades ligadas ao trabalho interrompidas e em cumprimento, até que as atividades econômicas voltassem à normalidade.

Porém, não foi possível perceber a partir das relatos das pessoas atingidas foram as irregularidades em relação ao seu pagamento, várias problemáticas de natureza burocrática e técnicas, falta de assistência de políticas de focalização rotadas e não adoção de boas práticas internacionais para a modelagem de políticas públicas, como por exemplo a ausência das mulheres como titulares do AFE.

As cinco aqui expostas principais falhas observadas e apontadas pelas pessoas atingidas nos espaços participativos da Assessoria Técnica:

1º - Falta de integração com relação ao sistema de auxílio e suas condições para acesso. Muitas pessoas atingidas não foram informadas pela Fundação Femae sobre a existência do AFE, tampouco foram capazes de atuar na realidade dos municípios atingidos pelo desastre-tsunami.

2º - Inexistência das listas da Cadastro (Cadastro) Seguro, na realidade pessoas atingidas nem tinham acesso ao cadastro e, ao longo do tempo, havia muitas falhas nas informações cadastradas, como por exemplo, o enquadramento incorreto das pessoas nas categorias profissionais, além de que frequentemente o homem era considerado pela Fundação Femae como chefe de família, familiar.

3º - Muitas pessoas atingidas não têm a possibilidade de acessar o AFE, devido a injeções que resultam na dificuldade de acesso ao AFE.

4º - Complexidade no formato de compensação, que desconsidera o nível social de informalidade das famílias, em seja, famílias humildes, pois pensou que a pessoa atingida não poderia interrompido o trabalho que garante a sua fonte de renda e sustentação.

5º - Falta de participação das pessoas atingidas na escolha dos modos de seleção para o recebimento e de monitoramento do programa.

6º - Descontos sobre o do AFE no valor pago no Programa de Indenização Mediana (PIM), sendo cada um desses programas de natureza diferente. O AFE trata-se de um auxílio para quem perdeu sua fonte de trabalho, e deve ser fornecido até que haja o retorno das atividades econômicas. Indenização por danos materiais e imateriais refere-se à compensação a uma perda real e as relações jurídicas e físicas de uma múltipla dimensões.

7º - Insuficiência do valor recebido, considerando a realidade de múltiplas vulnerabilidades das famílias e a demanda para que afrontem a restrição econômica, uma vez que já se passaram 8 anos do rompimento da barragem.

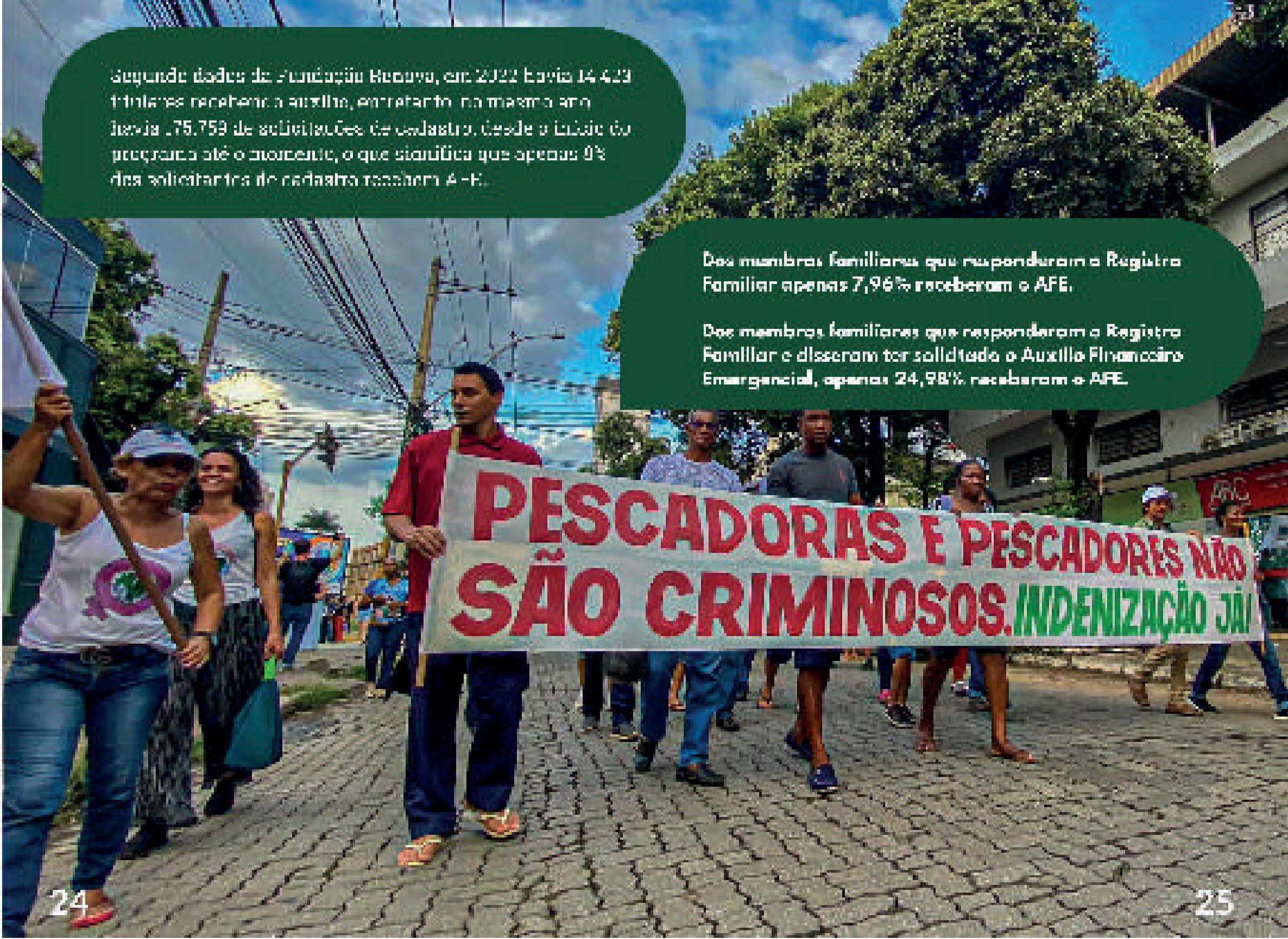
8º - Demora em receber o retorno sobre o pagamento do AFE e negativas de acesso sem uma justificativa do motivo para seu indeferimento ou cancelamento.

9º - Algumas pessoas atingidas tiveram o pagamento do AFE cortado de forma indevida sem aviso prévio, em plena pandemia de COVID-19, e sem possibilidade de acessar uma instância recursal para tentar reverter o cancelamento.

Segundo dados da Fundação Recuva, em 2022 havia 14.423 titulares recebendo auxílio, entretanto, na mesma ano havia 175.759 de solicitações de cadastro. Desde o início do programa até o momento, o que significa que apenas 8% das solicitantes de cadastro receberam A-FE.

Das membros familiares que responderam o Registro Familiar apenas 7,96% receberam o AFE.

Das membros familiares que responderam o Registro Familiar e disseram ter solidado o Auxílio Financeiro Emergencial, apenas 24,98% receberam o AFE.



**PESCADORAS E PESCADORES NÃO
SÃO CRIMINOSOS. INDENIZAÇÃO JÁ!**

Exposição a rejeitos e resíduos do rompimento da barragem de Fundão



Percepção das pessoas atingidas em relação ao aumento de áreas inundáveis após o rompimento da barragem de Fundão



Daniela, pescadora da Vila Crenaque, afirmou que junto com as enchentes continua subindo rejeitos. Que a lama das enchentes após o rompimento possui um odor muito forte. Destaca que ao contrário de antes de 2015 onde as águas da enchente chegam hoje em dia o que era vivo seca, morre. Após as águas da enchente baixar, as terras e coisas, como casa, ficam cobertas com uma camada de lama seca, com forte odor. Isso traz insegurança para a limpeza das casas e equipamentos e isso tem impedido a continuação de uma prática cultural tradicional da comunidade. Após as enchentes, quando as águas baixavam, as pessoas aproveitavam para plantar. Após o rompimento e bloco de lama que fica impede a plantação de qualquer cultura.

“ Com as enchentes ficamos isolados, temos que dar volta até Ipatinga para ter acesso à Ipaba; temos também os peixes contaminados, e com isso vem a perda das rendas, os pescadores, agricultores, todos são prejudicados

(pessoa atingida da comunidade de Ipaba)

“ O lazer acabou, a população ribeirinha tinha a referência no rio. Hoje a água fede, a água também não serve para irrigação

(pessoa atingida da comunidade de Ilha do Rio Doce)

PRINCIPAIS DANOS CAUSADOS PELAS ENCHENTES DE REJEITOS

isolamento comunitário **58,07%**

interrupção de acesso e prestação de serviços **49,13%**

contato com água e solo contaminados **87,25%**

surgimento ou agravamento de problemas de saúde mental **51,05%**

surgimento ou agravamento de problemas de saúde física **50,25%**

abalo à renda **77,10%**

deslocamento compulsório **53,12%**

aumento de gastos com limpeza e manutenção da moradia **77,94%**

Os núcleos familiares destacaram o contato com a água e solo contaminados como o principal dano sofrido após as enchentes, seguido do aumento de gastos com a limpeza e manutenção da moradia (77,94%) e abalo à renda (77,10%). Destes núcleos familiares atingidos, 90,98% não receberam nenhum tipo de auxílio das empresas responsáveis para reparar os danos das enchentes e inundações, como é possível perceber na fala a seguir:

“ Com minha experiência, eu sei que esse pessoal enrola a gente. Eu deixei tudo que eu tinha sujo de lama, porque preciso provar para esse povo os danos que tive. Não limpei nem reformei as paredes, para poder ter essa comprovação. As enchentes causaram danos nas propriedades. As plantações todas morrem todo ano. Em 2015 não entrou lama não. Mas agora o barro sobe com a água e prejudica todo o solo. Não dá para plantar mais. Sou atingido até hoje. Perdi vaca, plantio. Minha renda registrada pela Renova era de 6 mil. Eu perdi isso todo mês desde o rompimento. Os documentos que eu tenho de comprovação dos danos eu não guardo só para mim. Já tirei cópia dos meus documentos pra mandar até pra Brasília, pra mostrar os danos que toda comunidade teve.

(Itamar, Cachoeira Escura)

“ Não sou mais agricultora, mas vou falar por quem ainda é. Quando mudei para Cachoeira Escura eu plantava, mas após o rompimento qualquer chuva inunda os locais onde se plantava. Não dá mais para ter plantação nessas áreas.

(Maria Rosa, Cachoeira Escura)

Em síntese, segundo relatos dos espaços participativos da AEDAS, os danos ambientais continuados, por causa do rompimento e agravados pelas enchentes de rejeitos resultam em:

Comprometimento dos serviços de provisão de alimentos e água potável;

Destruição da cobertura vegetal e assoreamento dos rios Doce, Gualaxo do Norte e do Carmo (e seus afluentes)

Alteração das condições da água e danos à fauna aquática

Alteração dos ciclos hidrológicos

Perda do direito ao lazer e descanso nas regiões do rio

Perda de padrões de organização social e vínculos comunitários, assim como práticas culturais que configuram os modos de vida local

Contribuindo para enchentes nos períodos chuvosos

Alteração nos ciclos de vetores e de hospedeiros de doenças

Perda da produtividade nas propriedades atingidas e, conseqüentemente, na capacidade de geração de renda

O QUE AS EMPRESAS POLUIDORAS FIZERAM PARA REPARAR OS DANOS DAS ENCHENTES?

3

Após 8 anos do rompimento da barragem de Fundão, os programas de reparação criados pela Fundação Renova, especificamente para responder aos problemas relacionados à ocorrência das enchentes de rejeito, não foram considerados satisfatórios. Dentre os programas socioambientais que poderiam contribuir com a mitigação dos danos ocasionados pelas Enchentes, estão:

PR34 - Preparação para emergências ambientais

PR9 - recuperação da UHE Risoleta Neves

PR10 - Recuperação de comunidades e demais estruturas

PR32 - Melhoria do sist. de abastecimento de água

MEDIDAS REPARATÓRIAS INDISPENSÁVEIS

PR23 - Manejo de rejeitos

PR31 - Coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos

PR25 - Recuperação de Área Ambiental 1

PR24 - Conteção de rejeitos e tratamento dos rios

Ademais, as vítimas desses danos precisam ser assistidas por medidas socioassistenciais que permitam a recomposição dos seus modos de vida, de suas famílias e comunidades.



4

COMO FIZEMOS: APRENDENDO COM A BACIA DO RIO DOCE



O registro Familiar, nesse momento, é essa grande ferramenta, um instrumento construído com as informações que o povo queria, e é muito importante para levantar a situação de todas as comunidades que a gente trabalha: como elas estão após quase 8 anos do rompimento? A resposta que cada pessoa atingida vai dar, trará dados concisos, que irão endossar os documentos encaminhados a todas as instâncias, mostrando como as comunidades estão. Quem recebeu os auxílios, quem não recebeu, o que a comunidade quer, como ela quer, são informações que pretendemos levantar

(Mayara Costa - Aedas)

A Aedas possui em seu plano de trabalho uma metodologia participativa. Desta forma, promove espaços de diálogo, escuta e participação direta com as pessoas atingidas.

Desde que iniciou a atuação no Médio Rio Doce, em dezembro de 2022, a Aedas realiza uma série de atividades junto aos atingidos e atingidas, buscando uma melhor organização e maior participação, considerando a quantidade de pessoas, o objetivo do espaço, os temas a serem tratados e os resultados esperados.

Deste modo, a Aedas utiliza instrumentos e ferramentas que mapeiam o contexto socioeconômico destas pessoas e constrói com elas a garantia de sua participação no processo reparatório.

O Registro Familiar (RF) é utilizado para atualizar o cenário e coletar dados atuais das famílias atingidas dos territórios que a Aedas assessora, a aplicação do RF foi realizada com mais de 1000 famílias.

Também foram organizados diversos Espaços Participativos, como Rodas de Diálogos, Grupos de Atingidos e Atingidas, Seminários Temáticos que proporcionaram a coleta de informações e dados sobre a participação dos atingidos e atingidas no processo de reparação.



Roda de Diálogo. (AEDAS)

Rodas de Diálogos (RD's) são espaços de transmissão ágil e massificada de informações as pessoas atingidas de uma mesma comunidade e/ou município

QUAL A PROPOSTA POPULAR PARA O FUNDO PARA ENCHENTES?

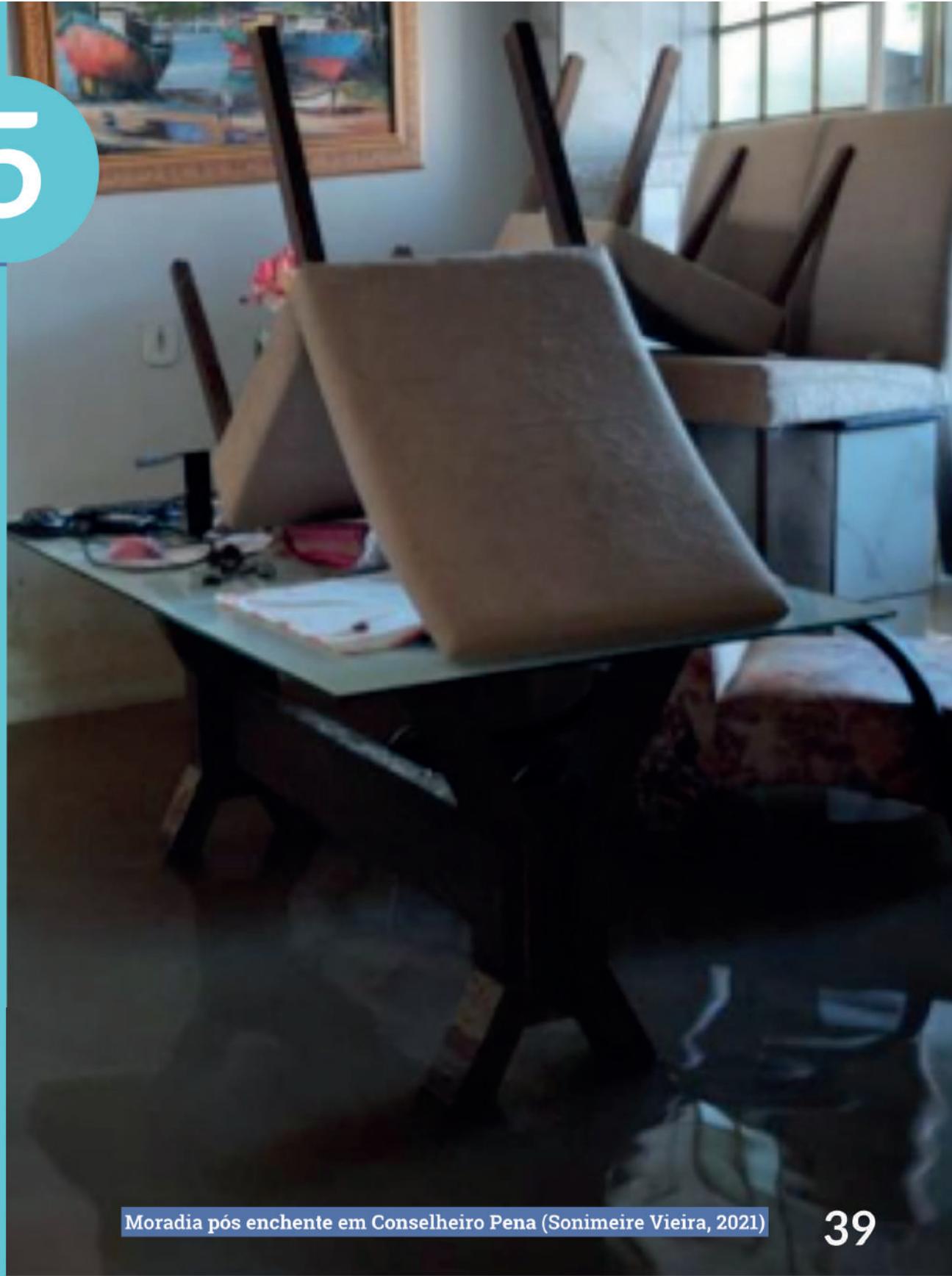
5

Foi possível visualizar a partir dos relatos da população atingida que houve um **agravamento na ocorrência de enchentes após a passagem da onda de rejeitos** provenientes do rompimento da barragem de Fundão.

Antes do rompimento, as pessoas atingidas se alegravam ao ver o rio cheio, pois este era sinônimo de fertilidade do solo, colheita e produção. Hoje, é nítida a insatisfação das pessoas atingidas com as cheias, pois esta resulta em diminuição das atividades relacionadas ao solo, dificuldade no consumo da água e impactos a renda e segurança alimentar.

Nesse sentido, é importante destacar, que a proposta de um **Fundo para Enchentes**, nasce da luta do povo atingido ao longo destes 8 anos pós-rompimento, pois se refere À enchentes que não são comuns no país, pois há mobilização de rejeitos de minérios para as casas, onde há deslocamento de rejeitos de minério para as casas e áreas de cultivo, destruição de fontes de renda, invasão de espaços de lazer, aumento do adoecimento físico e mental e mais uma vez, alteram a qualidade da água.

Assim, as enchentes de rejeitos, após 2015, tiveram o caráter de causar mais prejuízos econômicos, mais danos ao meio ambiente, ampliar os danos à saúde e de renovar as consequências do rompimento, ampliando a extensão dos danos até mesmo para regiões que anteriormente não haviam sido afetadas.





Em sentido complementar, os dados acumulados pela AEDAS e técnicos de diversas instituições implicadas na reparação apontam a insuficiência dos programas existentes para resolverem a situação, principalmente, os que se referem a restauração do meio ambiente e do Rio Doce, que incluem, por exemplo, a retirada de rejeitos dos rios, recuperação da Usina Hidroelétrica Risoleta Neves, melhoria dos sistemas de abastecimento de água, dentre outros.

Reafirmamos a importância da criação de um Fundo para reparação dos danos causados pelas Enchentes de Rejeitos e para prevenção de novos danos, que seja capaz de investir em medidas de mitigação, reparação, prevenção e reabilitação dos danos provocados ao longo destes 8 anos, e que não permitam que as Enchentes representem uma repetição.

A abrangência do Fundo para Enchentes, deve considerar medidas de prevenção, monitoramento e enfrentamento, como:

- ✕ Construção e restauração da infraestrutura de contenção dos danos causados pelas enchentes na bacia do Rio Doce;
- ✕ Realização de medidas de esgotamento sanitário em áreas atingidas pelas enchentes (como obras de drenagem pluvial e esgotamento);
- ✕ Monitoramento dos Elementos Potencialmente Tóxicos (EPT) no período de cheias;
- ✕ Sistema de alerta de enchentes;
- ✕ Descontaminação do Rio Doce (considerando os seres humanos, fauna, flora, cursos d'água, propriedades);
- ✕ Medidas socioassistenciais de emergência;

- ✕ Restauração ecológica de áreas de recarga hídrica: áreas de preservação permanente (ex.: nascentes, cursos hídricos), reserva legal;
- ✕ Medidas de Reparação Socioassistenciais destinadas a Grupos Prioritários vulnerabilizados pelas enchentes (idosos, crianças, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais);
- ✕ Fortalecimento dos serviços públicos, especialmente para os gastos em saúde, ocasionados pelo aumento de doenças de veiculação hídrica, ou por contato com a água contaminada;
- ✕ Medidas de reparação integral no âmbito do trabalho e renda;
- ✕ Danos morais coletivos pelas enchentes que ocorreram desde o rompimento.

Em resumo, as medidas a serem abarcadas pelo Fundo para Enchentes, deverão ser: estruturais e não-estruturais, como é o caso da Governança. Desse modo, a elaboração de um Plano Diretor Participativo, deverá estabelecer premissas, diretrizes de demandas de projetos e ações para um período de anos, que seja compatível com as medidas de descontaminação e revitalização do rio Doce. Além disso, reforçamos a necessidade de reestabelecer os meios de produção que foram destruídos ou alterados pelas enchentes.



“Na enchente de 2020, alega 460 mil de gastos pra cá na ilha, a dra. Alexandra convocou a Renova pra saber como foi gasto, porque segundo ela: até agora não tiveram acesso a nada. “Ele ficou perplexo de ver a deficiência do lugar, a escassez, não temos saneamento, nossa água não chega, tão perto de Caratinga, aqui é pelo poço artesiano, estamos à margem, Fundação Renova vem, vai embora e não faz nada, já era pra gente tá sendo assistido como atingido, enxergando que se você não compra você bebe essa água.

(Dona Eliana - Ilha do Rio Doce/Caratinga)

Quase 90% dos respondentes afirmam que houve aumento das áreas inundadas após rompimento





“As plantas, aonde chega água das enchentes, crescem, mas não produzem”
(Weverson, Conselheiro Pena)

“Todo ano em novembro e dezembro tem enchente e fica inviável sair ou entrar no local. A plantação é destruída pela enchente.”
(Francisco, Aimorés)

Principais danos continuados:

- Contato com a água e o solo contaminados;
- Aumento de gastos com limpeza e manutenção da moradia;
- Abalo à renda;
- Isolamento comunitário;
- Deslocamento compulsório;
- Surgimento e/ou agravamento de problemas de saúde mental;
- Surgimento e/ou agravamento de problemas de saúde física;
- Interrupção de acesso a prestação de serviços públicos.

O Fundo para Enchentes deverá abranger medidas estruturais (obras de infraestrutura: saneamento) e não estruturais (distribuição de alimentos no período das cheias, medidas emergenciais).

LUTA PELO FUNDO PARA ENCHENTES

Pauta emerge da Luta do povo atingido!

GOVERNANÇA

Garantia de Participação Popular para decidir sobre os investimentos do Fundo e Transparência



INSCRIÇÃO NO CADÚNICO

60,15% não estão inscritas no CADÚNICO



DIREITO À REPARAÇÃO INTEGRAL

Danos continuados e ausência de medidas reparatórias



INSEGURANÇA ALIMENTAR

18,2% insegurança alimentar moderada; 28,50% insegurança alimentar grave



RACISMO AMBIENTAL

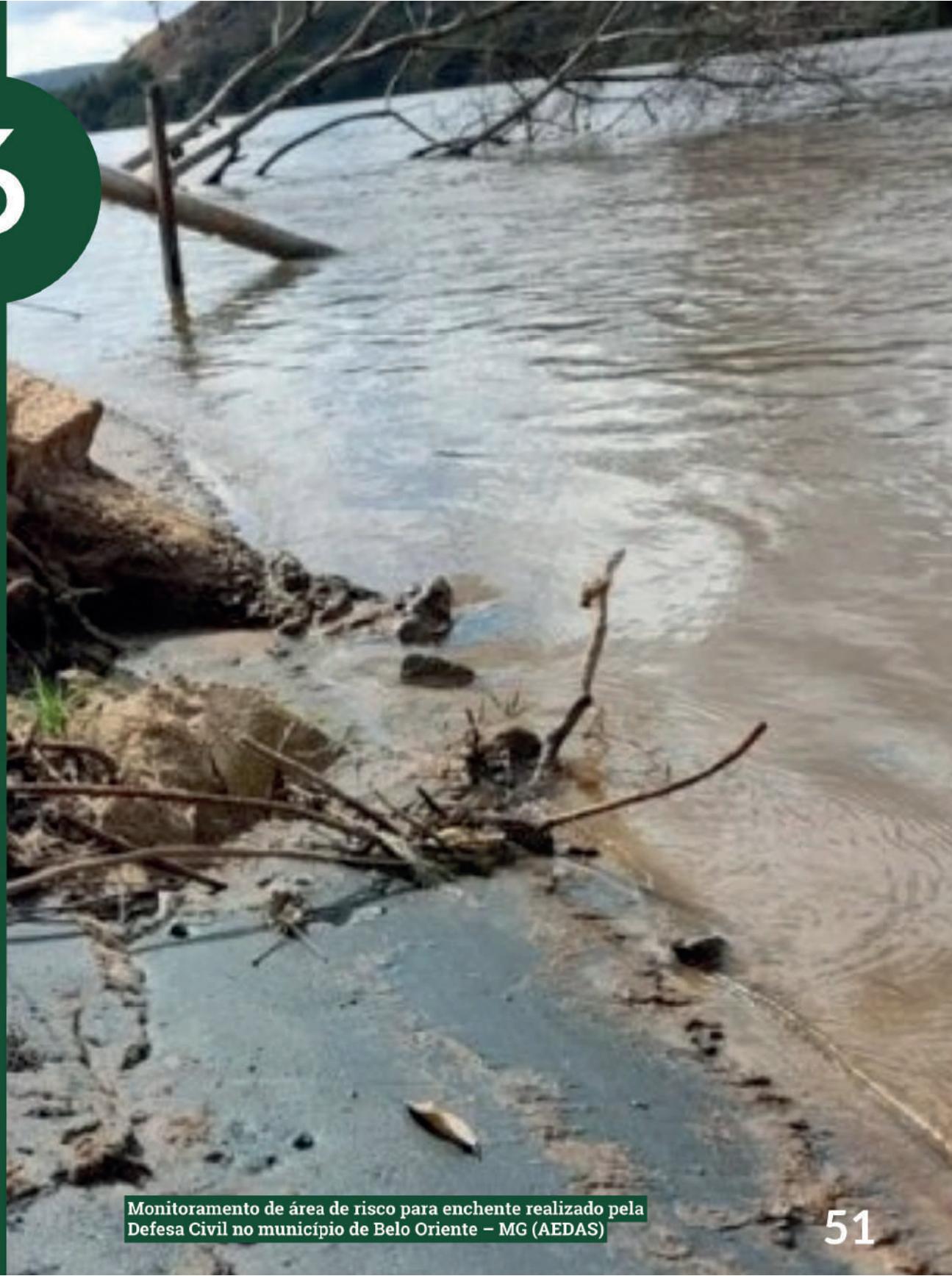
72,62% das pessoas atingidas são negras

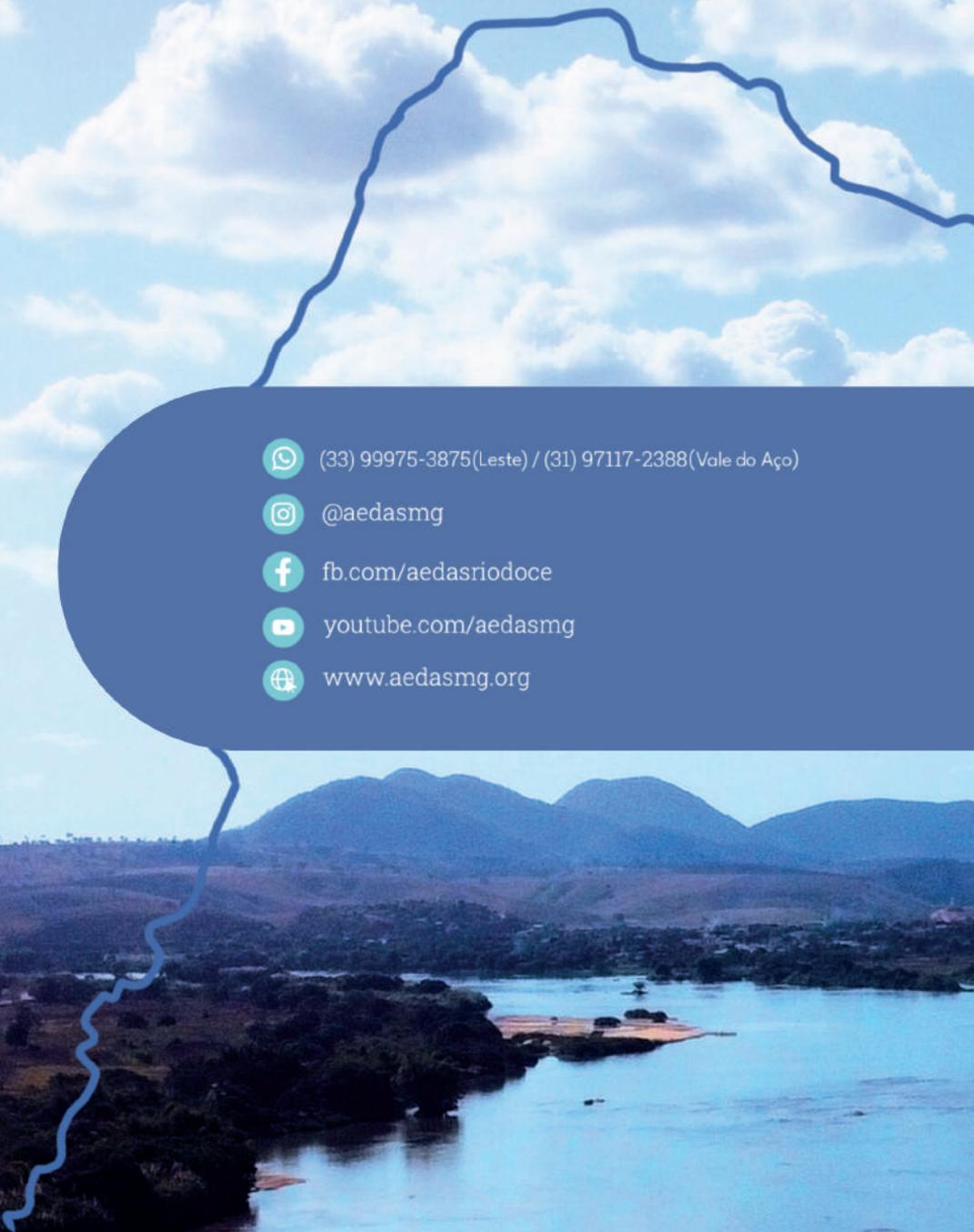
QUANTO PRECISARIA SER RESERVADO PARA UM FUNDO CAPAZ DE REPARAR OS DANOS DAS ENCHENTES?

6

Primeiramente, a valoração deve considerar o caráter anual das enchentes e o tempo necessário para que as medidas de mitigação, reparação e prevenção sejam realizadas, bem como o tempo para que a qualidade da água se enquadre e retome o enquadramento nas classes 1 e 2, além dos critérios populacionais dos municípios atingidos na Bacia do Rio Doce. Desse modo, utilizamos como critério o período estimado de 10, 15 e 20 anos, com base na apresentação do processo de revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos apresentado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico na 67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água, no dia 25 de maio de 2023.

Além disso, foi pensado que o Fundo para reparação dos danos causados pelas Enchentes de Rejeitos e para a prevenção de novos danos deve garantir mecanismos para a sua Governança Popular, para que as pessoas atingidas possam definir democraticamente para onde os recursos destinados à prevenção serão destinados, assim como possam fiscalizar a sua correta utilização. Medidas como a descontaminação do Rio Doce, prevenção e contenção dos danos causados pelas enchentes na bacia, o fortalecimento dos serviços públicos e os danos morais coletivos, também devem ser contempladas com destinação de recursos.





 (33) 99975-3875(Leste) / (31) 97117-2388(Vale do Aço)

 @aedasmg

 fb.com/aedasriodoce

 youtube.com/aedasmg

 www.aedasmg.org